

# Educação: Políticas, Estrutura e Organização 3

Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

A B C

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Gabriella Rossetti Ferreira**

(Organizadora)

# **Educação: Políticas, Estrutura e Organização**

**3**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 3 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-304-0

DOI 10.22533/at.ed.040190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 3” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: ENTRE A FALÁCIA E A CONCRETIZAÇÃO	
Marcos André Ferreira Estácio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A UTILIZAÇÃO DAS TIC POR PROFESSORES DE INFORMÁTICA COMO MEDIADOR DIDÁTICO: UM ESTUDO NAS ESCOLAS DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO DA PROVÍNCIA DO NAMIBE-ANGOLA	
Santana Paulo Sango Bunga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>32</b>
“A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM ESCOLAS ESTADUAIS DE BELÉM DO PARÁ”	
Gustavo Nogueira Dias Natanael Freitas Cabral Gilberto Emanuel Reis Vogado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
A VISÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO SOBRE A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NUMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	
Soraia Corrêa Mercante Cristhiane Maria Bazílio de Omena Messias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
A VISÃO DO HISTORIADOR PARA COM OS INTERESSES DAS CLASSES	
William Geovane Carlos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
A VOZ DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	
Leda Belitardo de Oliveira Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>78</b>
ACESSIBILIDADE: IDOSOS E OS ESPAÇOS CIDADINOS DE SOCIABILIDADES	
Sheila Marta Carregosa Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>92</b>
ADOÇÃO E CINEMA: UMA ANÁLISE DOS FILMES INFANTIS	
Laura Azevedo de Assis Gilmara Lupion Moreno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0401903048</b>	

**CAPÍTULO 9 ..... 109**

ADOLESCENTES GRÁVIDAS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUTATIVA:  
A EDUCAÇÃO PERINATAL ALICERÇADA NO DIÁLOGO, NA VIVÊNCIA E NA  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Êrika Barretto Fernandes Cruvinel  
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Nelma Santos Silva  
Alessandra do Carmo Fonseca  
Débora Augusta da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.0401903049**

**CAPÍTULO 10 ..... 121**

ALFABETIZAÇÃO ACADÊMICA CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO DA LEITURA  
IMANENTE

Ciro De Oliveira Bezerra  
Laryssa Virgílio Pereira De Araújo  
Rayssa Oliveira Do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.04019030410**

**CAPÍTULO 11 ..... 130**

ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:  
REALIDADE E DESAFIOS

Geovane César dos Santos Albuquerque  
Tayanne Oliveira Rodrigues  
Simone Braz Ferreira Gontijo

**DOI 10.22533/at.ed.04019030411**

**CAPÍTULO 12 ..... 139**

AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM: INTENCIONALIDADE  
PEDAGÓGICA, AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Ana Lúcia de Souza Lopes  
Marili Moreira da Silva Vieira

**DOI 10.22533/at.ed.04019030412**

**CAPÍTULO 13 ..... 150**

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGENS NA DIDÁTICA DO ENSINO  
SUPERIOR

Cleide Nunes Ferreira  
Rosemary dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.04019030413**

**CAPÍTULO 14 ..... 155**

AMÉRICA LATINA EM HOLLYWOOD: ELEMENTOS LATINOS EM “BIRDMAN (OU A  
INESPERADA VIRTUDE DA IGNORÂNCIA)”

Bárbara Carvalho Medeiros Ramos  
Mara Regina Rodrigues Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.04019030414**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>158</b>
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ESTUDOS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO E DE EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>173</b>
ANÁLISE DA INGESTÃO HÍDRICA E MONITORIZAÇÃO DA PROMOÇÃO DA HIDRATAÇÃO ADEQUADA EM MEIO ESCOLAR	
Dayane de Melo Barros Danielle Feijó de Moura Tamiris Alves Rocha Priscilla Gregorio de Oliveira Sousa Marton Kaique de Andrade Cavalcante Silvio Assis de Oliveira Ferreira Gisele Priscilla de Barros Alves Silva José André Carneiro da Silva Roberta de Albuquerque Bento da Fonte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>180</b>
ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE MICHAEL WHITMAN APPLE PARA A EDUCAÇÃO LUDOVICENSE	
Raylina Maila Coelho Silva Helen Garrido Araújo Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>187</b>
ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NO BRASIL	
Ana Célia de Oliveira Paz Elói Martins Senhoras	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>199</b>
ANÁLISE DO TEOR DE ÁLCOOL PRESENTE NA GASOLINA: UMA ABORDAGEM INVESTIGATIVA PARA O ENSINO DE QUÍMICA	
Anderson Florêncio da Silva Paloma Lourenço Silveira de Araújo Ana Paula Freitas da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>208</b>
ANALOGIA E MEDIAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE EQUILÍBRIO QUÍMICO	
Marcelo Dotti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030420</b>	

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>223</b>
<b>ÂNGULOS NOTÁVEIS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE PRAXEOLÓGICA</b>	
Jessie Heveny Saraiva Lima	
Jesirreila Melo Souza do Nascimento	
Acylena Coelho Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030421</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>235</b>
<b>APLICAÇÃO DE APRENDIZAGEM TANGENCIAL NA DISCIPLINA DE ESTÁGIO IV NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA</b>	
Paloma Lourenço Silveira de Araújo	
Anderson Florêncio da Silva	
Ana Paula Freitas da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030422</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>244</b>
<b>APPLICATION OF LUDDIC METHODOLOGY AS A FACILITATING TOOL FOR LEARNING ABOUT EPITHELIAL TISSUE</b>	
Fabiana América Silva Dantas de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030423</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>252</b>
<b>APRENDER E ENSINAR A CULTURA INDÍGENA: EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO CATU DOS ELEOTÉRIOS</b>	
Karlla Christine Araújo Souza	
Guilherme Paiva de Carvalho	
Guilherme Luiz Pereira Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030424</b>	
<b>CAPÍTULO 25 .....</b>	<b>261</b>
<b>APRENDIZAGEM MUSICAL COMPARTILHADA NA PRÁTICA INSTRUMENTAL COLETIVA DE SAXOFONE</b>	
José Robson Maia de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030425</b>	
<b>CAPÍTULO 26 .....</b>	<b>271</b>
<b>APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM QUÍMICA DO COTIDIANO: A BRIQUETAGEM COMO FERRAMENTA DIDÁTICA E DE CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE</b>	
José Weliton Parnaíba Duarte	
Luciano Leal de Moraes Sales	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030426</b>	
<b>CAPÍTULO 27 .....</b>	<b>279</b>
<b>APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: USO DE MODELOS DIDÁTICOS PARA A COMPREENSÃO DOS GRUPOS VEGETAIS</b>	
Djeane Kelly Souza Santos	
Djanine Flávia Souza Santos	
Hiago Machado Silva	
Ariane Ferreira Lacerda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030427</b>	

<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>286</b>
ARCABOUÇO TEÓRICO SOBRE AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO EM ESPAÇOS INCLUSIVOS	
Jonas Martins Santos Wermerson Meira Silva Ronaldo Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>295</b>
ÁREA DE REGIÕES ATRAVÉS DO GOOGLE MAPS UTILIZANDO POLINÔMIO DE NEWTON E CÁLCULO INTEGRAL	
Gilberto Emanuel Reis Vogado Pedro Roberto Sousa da Silva Gustavo Nogueira Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030429</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>304</b>
AS CORRELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS COMPONENTES CONSIDERADOS NO CÁLCULO DO CPC DOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO ANO DE 2014	
Juliana Da Silva Dias Cassius Gomes De Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030430</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>320</b>
AS CORRENTES FILOSÓFICAS DO FORMALISMO E DO INTUICIONISMO ENQUANTO INFLUENCIADORAS NA ORIGEM DAS TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	
Claudiene dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04019030431</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>328</b>

## ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL: REALIDADE E DESAFIOS

**Geovane César dos Santos Albuquerque**

Instituto Federal de Brasília

Brasília - DF

**Tayanne Oliveira Rodrigues**

Instituto Federal de Brasília

Brasília - DF

**Simone Braz Ferreira Gontijo**

Instituto Federal de Brasília

Brasília - DF

**RESUMO:** O artigo trata do estudo que visou identificar como é operacionalizado o Programa Nacional de Alimentação Escolar na rede pública de ensino do Distrito Federal e quais são os desafios a serem superados. Para tanto, foram entrevistados gestores, secretária escolar e merendeiras de duas escolas de ensino fundamental da cidade de Taguatinga e feitas observações no depósito de alimentos dessas escolas. Destaca-se que as políticas públicas voltadas para a alimentação nas escolas é um direito conquistado e executado no Distrito Federal e consegue chegar à população escolar de modo regular, respeitando todas as exigências contidas nos dispositivos legais que compõem as leis que regem a educação escolar pública. Os depósitos atendem a quase todos os critérios de armazenamento indicados pelos documentos governamentais. Como desafio a

ser superado encontramos a falta de liberdade das escolas em elaborar cardápios adequados ao paladar dos estudantes, bem como às necessidades diferenciadas advindas dos diversos contextos socioeconômicos dos quais os estudantes são oriundos. É preciso valorizar a qualificação profissional das merendeiras e inserir culinária alternativa de baixo custo, que visa o aproveitamento de parte dos alimentos geralmente descartados e com alto valor nutritivo à refeição dos estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alimentação; Educação; Qualidade.

### ALIMENTATION IN THE AMBIT OF DISTRITO FEDERAL'S PUBLIC SCHOOLS: REALITY AND CHALLENGES

**ABSTRACT:** The article treat of the study that aimed identify how it is operationalised the National Program of School Feeding in states schools of the Federal District and what are the challenges to be overcome. For this, went interviewed managers, school secretary and school cooks of two school in the elementary school in the city of Taguatinga and made observations on the deposit of food in these schools. Stand out that the public politics aimed for feeding in school is a right conquered and executed in the Federal District and longer reach

to the school population on a regular basis, respecting all the requirements contained in the legal provisions that make up the laws that states school education. The deposits meets almost all the criteria of the storage indicated by government documents. Since challenge to be overcome, we find the lack of freedom of the schools in elaborate meal plan appropriate to the palate of the students, as well as to the different needs resulting the diverse socioeconomic contexts in which students are coming. The necessary value the professional qualifications of the school cooks and to enter the culinary low cost alternative, which aims at the utilization of part of the food generally discarded and with high nutritional value to the meal of the students.

**KEYWORDS:** Feeding; Education; Quality.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Direito à alimentação adequada é fruto de fatores históricos que durante décadas, eram vistos como privilégio de poucos. Muitas vezes eram rotulados como mazelas que afetam apenas as classes menos favorecidas. Com a aculturação de novos contextos sociais, os Direitos Humanos foram efetivamente constituídos, assegurando que o tema alimentação fosse tratado como o eixo do desenvolvimento humano.

Na educação pública, direito garantido a todo cidadão brasileiro, existem leis que garantem a alimentação, fornecida pelo Estado, e cabe à sociedade garantir que a política pública voltada à Alimentação Escolar seja efetivamente cumprida.

Segundo Boog (1999), a relevância da implementação de hábitos saudáveis na primeira fase da infância refletirá em todo seu histórico de vida alimentar e, indiscutivelmente, mantendo essas práticas no espaço de convívio que mantêm uma finalidade formadora, a importância das boas práticas serão assumidas como formação educacional.

Levando em conta esse breve histórico, realizou-se essa pesquisa, teve por objetivo identificar como é operacionalizado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na rede pública de ensino do Distrito Federal e quais são os desafios a serem superados. Para tanto, foram entrevistados dois gestores, a secretária escolar e duas merendeiras, em uma escola de educação infantil e um centro de ensino fundamental da cidade de Taguatinga e feitas observações no depósito de alimentos dessas escolas.

## 2 | O DIREITO A ALIMENTAÇÃO NA PERSPECTIVA JURÍDICO – SOCIAL

O Direito como elemento de normatização e cumprimento dos saberes jurídicos, ultrapassam os liames estruturais dos valores sociais integrados sob uma perspectiva normativa. O domínio da semântica jurídica permite a modificação dos significados

que uma norma desenvolve nos aspectos culturais, econômicos ou ideológicos.

A realidade social condiciona as variáveis do jusnaturalismo, impondo os fundamentos da própria natureza humana que sejam inerentes às suas origens sociais, porém, dependentes da vontade do Estado para existir. O direito à alimentação sofreu inúmeras resistências no processo de aceitação de igualdades sociais, principalmente por autoridades públicas e pessoas com alto poder aquisitivo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 pode ser vista como a concretização de lutas entre classes sociais como virtude da própria natureza humana.

A alimentação deve ser teoricamente classificada como uma possibilidade de acesso a se alimentar com qualidade. Segundo o Decreto N° 591, de 06 de julho de 1992, que ratifica o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 19 de dezembro de 1966, que tem como característica o cumprimento das obrigações pelas quais o Estado Brasileiro é signatário para que atue de forma efetiva em ações que garantam o mínimo de dignidade ao sujeito da sociedade, trata do maior desafio em relação ao direito à alimentação, que é assegurar de forma progressiva o pleno exercício dos direitos pactuados, adotando medidas protetivas contra tais descumprimentos.

### **3 | INTERFACE ALIMENTAÇÃO E QUALIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

A alimentação não é caracterizada apenas como um direito indisponível, mas um elemento que interfere na relação escola – aluno – aprendiz. Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88), em seu artigo 208, inciso VII, a garantia da alimentação, como um elemento intrínseco à educação e, a partir desta normatização, a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece diretrizes, dentre elas o PNAE, a serem alcançados como meta para o desenvolvimento da formação no âmbito educacional. Sua valoração para o sistema educacional atende não apenas o desenvolvimento, a aprendizagem, mas contribui para que exista um rendimento escolar por parte dos alunos. O objetivo do Programa é atender a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos).

Conforme o Quadro 1, no cardápio mensal em escolas públicas do Distrito Federal são estabelecidos parâmetros nutricionais para alcançar de forma efetiva os estudantes com uma alimentação de qualidade e quantidade de nutrientes necessários para a faixa etária de tais escolas.

Segunda-feira 06/06	Terça-feira 07/06	Quarta-feira 08/06	Quinta-feira 09/06	Sexta-feira 10/06
Baião de dois (arroz, feijão) e Ovos mexidos com milho	Pão de forma com manteiga	Biscoito cream cracker	Macarronada Peito de frango em cubo refogado e beterraba cozida	Arroz, carne de panela (patinho cubo), couve refogada
	Suco de mamão – 1 pc (açúcar)	Leite com achocolatado		
Segunda-feira 13/06	Terça-feira 14/06	Quarta-feira 15/06	Quinta-feira 16/06	Sexta-feira 17/06
Macarronada com milho e patinho iscas	Pão careca com manteiga	Galinhada (arroz, cenoura em cubo, coxa e sobrecoxa)	Biscoito rosquinha de coco	Arroz e carne ao molho (patinho cubo). Salada beterraba crua ralada
	Suco de caju (açúcar)		Vitamina de banana – ½ pc (leite e açúcar)	
Segunda-feira 20/06	Terça-feira 21/06	Quarta-feira 22/06	Quinta-feira 23/06	Sexta-feira 24/06
Arroz com milho, carne de panela (patinho cubos)	Biscoito rosquinha de coco + tangerina	Galinhada (arroz, coxa e sobrecoxa) e batatas coradas	Biscoito cream cracker	Macarronada e carne ao molho com brócolis (Patinho iscas)
	Suco de pêsego (açúcar)		Vitamina de banana – ½ pc (leite e açúcar)	
Segunda-feira 27/06	Terça-feira 28/06	Quarta-feira 29/06	Quinta-feira 30/06	Sexta-feira 01/07
Sopa (feijão liquidificado, macarrão, milho, patinho iscas)	Biscoito cookie integral + tangerina	Biscoito rosquinha de coco	Galinhada (arroz, coxa e sobrecoxa). Salada alface picada	Arroz, carne cozida (patinho cubos). Couve refogada Sobremesa banana
	Suco de caju (açúcar)	logurte de morango		

Quadro 1 – Cardápios Alimentação – 3ª Distribuição de 2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As refeições diárias que estão descritas no Quadro 1 são disponibilizadas nas escolas públicas e não são vistas apenas como lanches servidos nos intervalos entre as aulas. Há uma concepção de que estes alimentos são a possibilidade do Estado zelar pelas condições de saúde dos estudantes, seja pela vulnerabilidade que alguns se encontram ou como medida de inclusão social.

A educação infantil atende às crianças de 0 a 05 anos que apresentam por seu estado natural maior vulnerabilidade no contexto sociocultural, uma vez que na escola se encontram num espaço novo, que para alguns não é o seu habitual. A fase de transição requer uma habilidade psicomotora que esteja apta a desenvolver-se, e para isso, depende principalmente de uma alimentação adequada à sua idade e não basta apenas garantir o acesso aos alimentos, se estes não forem tidos como hábitos diários fora da escola.

#### 4 | RESULTADOS DA PESQUISA

Segundo Fisberg et al. (2000), quando não há uma cultura familiar em manter hábitos saudáveis desde a fase inicial de uma pessoa, costuma-se omitir algumas refeições ao longo do dia, o que influencia diretamente em seu convívio social, familiar e principalmente, no rendimento escolar. Utilizando-se desta reflexão foram elaboradas as questões sobre o procedimento das escolhas dos alimentos na preparação dos cardápios, a compra dos alimentos, a participação dos alunos em relação aos lanches

e principalmente, a quantidade de lanche disponibilizado e sua contribuição para melhor desempenho dos estudantes no cotidiano.

As entrevistas ocorreram em duas escolas de Taguatinga, que possuem várias semelhanças e a característica de serem escolas vizinhas e subsequentes. Recebem os alimentos fornecidos pela Secretaria de Educação do Distrito federal nos mesmos dias, devido sua proximidade. Os produtos perecíveis são entregues uma vez por semana, enquanto os não-perecíveis variam em um período de 1 a 3 meses.

Esses alimentos passam por um controle de qualidade que “é realizado pela SES, por meio de Termo de Cooperação Técnica, visando assegurar a qualidade dos produtos oferecidos aos alunos.” (ANVISA, 2004, p. 16).

Nessa etapa encontra-se a dificuldade que os produtores da agricultura familiar encontram para adequação dos alimentos em processos rigorosos, que pode ser vista entre as necessidades encontradas pelos agricultores, descritas por Paula et al. (2014) para “melhorar os aspectos ligados à diversificação e às tecnologias apropriadas para a produção de alimentos [...], e, ao mesmo tempo, respeitar a cultura dos agricultores, atender às exigências sanitárias e organizar a logística da produção”.

Ainda sobre a entrega dos alimentos, segundo as entrevistadas, o FNDE manda “o grosso”, referindo-se à falta de temperos para as refeições mais elaboradas, como o alho, que é comprado pelas próprias escolas. Comentaram também sobre a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar e das condições de conservação dos alimentos que atendem todas as exigências do Governo, representados pelos órgãos que fazem visitas regulares às instituições.

A primeira escola atende, cerca de 350 estudantes entre 4 e 6 anos e conta com uma equipe de 55 funcionários. Já a segunda escola, atende 610 estudantes, aproximadamente, de 7 a 12 anos e possui uma equipe com 80 funcionários. As duas funcionam nos dois turnos e, ainda que não sejam escolas de atendimento em horário integral, ambas possuem alguns alunos que, por razões diversas, permanecem na escola durante os dois turnos. Para estes, é servido almoço, além da refeição habitual de cada turno.

As duas escolas, assim como todas da rede de ensino recebem os mesmos produtos, em quantidades diferentes, dependendo da demanda de cada uma. Essa alimentação é padronizada e formulada por uma equipe multidisciplinar, na qual, percebe-se grande atenção às colocações dos nutricionistas que a compõe e enviam mensalmente às escolas, tabelas com as recomendações dos pratos que deverão servir para os estudantes.

Também são entregues cartilhas com informações diversas sobre todo o processo dos alimentos até chegarem à escola, técnicas e regras para sua conservação. Nas escolas visitadas a organização e higiene nos ambientes são, de acordo com as servidoras, parte da rotina, que podem ser observados na Figura 1:



Figura 1 – Dispensa da escola

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar que existe ordem e estão cumprindo a maioria dos requisitos necessários, os alimentos estão afastados do chão, mas, estão encostados nas paredes e mesmo estando limpas, considera-se uma situação irregular na escola, pois deveriam estar “sobre paletes e/ou estrados (distância de 30 cm do chão) e/ou prateleiras (distância de 10 cm das paredes), respeitando-se o espaçamento mínimo necessário para garantir adequada ventilação, limpeza e, quando for o caso, desinfecção do local”. (ANVISA, 2004, p. 25).

E, além da merenda, alguns pais enviam lanches individuais para seus filhos. Isso se deve aos diferentes níveis econômicos, mas, vale ressaltar que, mesmo que não haja disparidades financeiras entre os estudantes, segundo Cintra e Fisberg (2004), a frequência em consumir produtos sem algum valor nutricional (ricos em gordura, açúcar e sal) tende a se estender até idades mais avançadas se não houver alguma interferência direta por meio de informações sobre seus riscos em longo prazo, devendo ser, também, papel da escola a formação alimentar do estudante para a vida, pois durante a entrevista, foi declarada, por uma das diretoras, a existência de venda de lanches para os alunos por pessoas externas à escola que fazem uso de avarias deixadas na grade para realização do comércio, porém, entre os alimentos considerados saudáveis, também foram vistos, pelos autores desta pesquisa, alimentos fritos, o que entra em desacordo com o Decreto nº 36.900, que proíbe a comercialização de alimentos gordurosos.

Existem algumas características singulares nas duas escolas que evidenciam a boa qualidade do serviço oferecido pelo Governo do Distrito Federal para educação. Trata-se do fator humano observado em gestos simples, que tornam a aplicação de políticas públicas, como as voltadas para a alimentação, eficazes. São mais difíceis de conseguir, de um ponto de vista sistematizado, visto que são atitudes que não podem ser exigidas, porém, de um ponto de vista humanista, de acordo com Montenegro (1999), “o desenvolvimento é sempre um processo que envolve outros sujeitos e

elementos culturais, impulsionados pelos valores”.

Exemplo da afirmação de Montenegro é o fato de, na escola com as crianças de 4 a 6 anos, as merendeiras terem o cuidado de preparar todos os ingredientes de maneira separada, cortarem tudo em pedaços pequenos e servirem no prato sem misturá-los, ao perceberem que as crianças comem com mais facilidade nessas condições. Além de evitar o desperdício da comida e, conseqüentemente, do dinheiro do contribuinte, uma ação simples e humana reflete em diversos âmbitos, inclusive no psicológico do estudante, que não será obrigado a ingerir uma comida com aparência desagradável.

Também se pode analisar a eficácia pela aceitação do público alvo que, na escola para as crianças de até seis anos, é restrita às normas que vêm preestabelecidas e não podem ser alteradas. Nesse quesito, a autonomia que as escolas possuem não é suficiente para decidir como utilizará os alimentos destinados àquela comunidade, tornando-a eficaz e, ao mesmo tempo, deficiente, ainda que nos anos iniciais. E tem-se o questionamento em relação aos níveis nutricionais, ao identificar que a dieta é feita para o coletivo, enquanto sabe-se que existe, principalmente na faixa etária dos alunos atendidos por essa escola, grande falta de nutrientes em crianças oriundas de contextos menos favorecidos.

Outra constatação feita pelas servidoras é a predileção unânime dos estudantes pela galinhada. É, segundo elas, o dia em que mais comem, inclusive, os alunos que levam seu próprio lanche, nessa ocasião, se juntam aos colegas na hora do recreio para comerem a refeição oferecida pela escola. Alguns dos alunos chegam a repetir a refeição três ou quatro vezes.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as políticas públicas voltadas para a alimentação nas escolas é um direito conquistado e executado no Distrito Federal e consegue chegar à população escolar de modo regular e consegue-se obter uma mostra dos desafios que ainda precisam ser vencidos, como a impossibilidade da escola em oferecer aos alunos uma alimentação que satisfaça as necessidades reais daquela comunidade escolar específica.

Levanta-se a questão dos conceitos de educação inclusiva e a dúvida sobre até que ponto os fatores fisiológicos afetam o psicoemocional, interferindo na aquisição do conhecimento, além da visão que se tem dos programas sociais como auxílio para a estruturação familiar e, conseqüentemente, escolar, visto que alguns deles estão vinculados à matrícula da criança em alguma escola e sua frequência assídua para manutenção do pagamento do auxílio.

Questionam-se também os conceitos sobre nutrição saudável nas escolas e até que ponto isso deixa de ser uma questão apenas social, quando se tem uma geração

de crianças obesas, ao mesmo tempo em que outras continuam subnutridas. Deve-se considerar o fato de que é possível alimentar-se bem de maneira alternativa. As finalidades dos cursos aos quais as servidoras da cozinha são convidadas a participar e são impedidas de colocar em prática, em função da política adotada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, como o curso de culinária alternativa de baixo custo. Junto a isso se retomam as questões ambientais que estão ligadas à utilização pouco proveitosa de alimentos e restrita a modelos tradicionais em seu preparo.

Sugere-se ainda que os nutricionistas se reúnam com as equipes de cada escola e desenvolvam técnicas mais específicas para cada contexto escolar. A participação dos estudantes também deve ser levada em consideração na hora de se definir um cardápio que será consumido por estes.

Do ponto de vista social, é preciso observar que muitos estudantes chegam à escola sem tomar café-da-manhã e, em casos extremos, de a refeição servida na escola ser a única que aquela criança terá durante todo o dia. Por isso, é uma sugestão que mais refeições sejam servidas e que sejam de melhor qualidade nutricional, no sentido de atenderem às necessidades reais de cada criança.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. **Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação**. Resolução – RDC nº 216/2004. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <<http://www.crn1.org.br/wp-content/uploads/2015/04/merenda.pdf?5d1db3>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BOOG, M.C.F. **Educação nutricional em serviços públicos de saúde**. Caderno Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução/CFN nº 465 de 23 de agosto de 2010. **Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955. **Institui a Campanha de Merenda Escolar**. Diário Oficial da União, 1955.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Diário Oficial da União. 2009; 16 jun. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/6820-cartilha-pnae-2015>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, 2009.

CINTRA, I.P.; FISBERG, M. Mudanças na alimentação de crianças e adolescentes e suas implicações para a prevalência de transtornos alimentares. In: PHILIPPI, S.T.; ALVARENGA, M. **Transtornos alimentares**. São Paulo: Manole. 2004.

FISBERG, M.; BANDEIRA, C.R.S.; BONILHA, E.A., HALPERN, G.; HIRSCHBRUCH, M.D. **Hábitos alimentares na adolescência**. Pediatría. São Paulo. 2000.

MONTENEGRO, M. T. T. **A educação moral como parte da formação para o cuidado na educação infantil**. São Paulo, 2001. p.177. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2001.

PAULA, M. M. de; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2014.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Gabriella Rossetti Ferreira** - Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-304-0

